



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 144765/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

Parecer Jurídico Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº: 144765/2023

Solicitante: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Piracanjuba

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção e Afins a serem utilizados na Manutenção Corretiva da "Ponte da Região do Recantilado" em Piracanjuba

Fundamento Legal: Dispensa de Licitação (inciso IV, do artigo 24, Lei nº 8.666/93)

Quantidade de Itens a serem Contratados: 10

Empresas que forneceram Cotações de Preços/Orçamentos: T R A Silva Materiais para Construção Ltda (CNPJ nº 50.666.625/0001-65), Piracanjuba Concretos e Materiais de Construção Ltda (CNPJ nº 11.647.598/0001-21), Madereira Perfil Ltda (CNPJ nº 04.552.146/0001-09), Madereira Wood Fort Ltda (CNPJ nº 01.647.381/0001-68), Madereira Santa Luzia Ltda (CNPJ nº 41.015.776/0001-62) e Construforte Ltda (CNPJ nº 05.884.702/0001-07)

Empresas a serem Contratadas: T R A Silva Materiais para Construção Ltda (R\$ 634,40), Piracanjuba Concretos e Materiais de Construção Ltda (R\$ 3.295,00), Madereira Perfil Ltda (R\$ 223,00) e Madereira Wood Fort Ltda (R\$ 5.354,40)

Valor Total da Contratação: R\$ 9.506,80

Vigência da Contratação: 03 meses

Tratam-se os presentes autos administrativos provenientes da Secretaria Municipal de Assistência Social de Piracanjuba, requisitando a Aquisição de Materiais de Construção e Afins a serem utilizados na Manutenção Corretiva da "Ponte da Região do Recantilado" em Piracanjuba, na modalidade dispensa de licitação, do tipo emergencialidade.

Do Processo Administrativo

Constam nos autos, a seguinte documentação:



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 144765/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

1. Ofício nº 228/2023;
2. Pedido de Compras/Serviços 9804;
3. Termo de Referência;
4. Ofício nº 136/2023 – SECPLAN;
5. Relatório de Manutenção de Pontes Municipais da Zona Rural – Ponte “Região do Recantilado”;
6. Cotações de Preços/Orçamentos das empresas T R A Silva Materiais para Construção Ltda (CNPJ nº 50.666.625/0001-65), Piracanjuba Concretos e Materiais de Construção Ltda (CNPJ nº 11.647.598/0001-21), Madereira Perfil Ltda (CNPJ nº 04.552.146/0001-09), Madeireira Wood Fort Ltda (CNPJ nº 01.647.381/0001-68), Madeireira Santa Luzia Ltda (CNPJ nº 41.015.776/0001-62) e Construforte Ltda (CNPJ nº 05.884.702/0001-07);
7. Mapa de Apuração de Preços;
8. Despacho Administrativo;
9. Decreto Municipal nº 88/2023 que nomeia a Comissão Permanente de Licitação;
10. Relatório Totalizador (R\$ 9.506,80);
11. Documentação das empresas T R A Silva Materiais para Construção Ltda (CNPJ nº 50.666.625/0001-65), Piracanjuba Concretos e Materiais de Construção Ltda (CNPJ nº



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 144765/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

11.647.598/0001-21), Madereira Perfil Ltda (CNPJ nº 04.552.146/0001-09) e Madeireira Wood Fort Ltda (CNPJ nº 01.647.381/0001-68);

12. Despacho Administrativo;
13. Despacho Autorizativo;
14. Certidão de Existência de Dotação Orçamentária e Financeira;
15. Minuta Contratual;

Da Fundamentação

A exigência para o procedimento licitatório está insculpida no inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 8.666/93.

Entretanto, a Lei Nº 8.666/93, que rege as normas gerais sobre licitações, traz, em seu bojo, as hipóteses excepcionais de dispensa e inexigibilidade de licitação, respectivamente em seus artigos 24 e 25.

A consulta formulada, e aqui analisada se limitará ao atendimento as exigências legais vinculadas a procedimento licitatório, e de forma específica a Lei nº 8.666/93, sendo-as:

- a) autuação, protocolo e numeração – ATENDIDO;
- b) justificativa da contratação – ATENDIDO;
- c) especificação do objeto – ATENDIDO;
- d) autorização da autoridade competente – ATENDIDO;
- e) indicação do recurso orçamentário para cobrir a despesa – ATENDIDO;



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 144765/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

f) se a modalidade de licitação adotada é compatível com o valor estimado da contratação - ATENDIDO;

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência** de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e **somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial** ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (DESTACAMOS)

Nesse sentido, importa destacar a Decisão nº 347/1994 – Plenário do Tribunal de Contas da União que determina os pressupostos para aplicação da emergencialidade nas aquisições por dispensa de licitação.

a) que, além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizado no art. 24, IV, da mesma Lei:

a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não tenha se originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) que tinha(m) o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;

a.2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida de pessoas;

a.3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;

a.4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 144765/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado; (Decisão nº 347/1994, Tribunal de Contas da União)

O objeto dessa contratação emergencial é vinculado a necessidade de manutenção corretiva de ponte situada na zona rural, que é parte integrante das rotas do transporte escolar, sendo que a proximidade do retorno do calendário escolar determina a emergencialidade da aquisição dos materiais aqui elencados.

E ademais a referida ponte também é essencial para a trafegabilidade nas estradas vicinais, atendendo tanto aos produtores quanto aos moradores da região, o que ressalta o caráter de emergencialidade nos reparos a serem feitos enquanto manutenção corretiva.

Portanto, pelas razões acima expostas, verifica-se estarem presentes os aspectos formais e legais inerentes ao presente procedimento, razão **pela qual opinamos favoravelmente a Aquisição de Materiais de Construção e Afins a serem utilizados na Manutenção Corretiva da “Ponte da Região do Recantilado” em Piracanjuba**, de acordo com o inciso IV, da norma do artigo 24, da Lei n. 8.666/1993. (DESTACAMOS)

Nesse sentido, RECOMENDA a continuidade do feito processual, mediante o feito do Ato de Dispensa de Licitação (em que conste a qualificação da empresa a ser contratada e definição do objeto com precificação), bem como sua publicação nos meios oficiais.



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

Processo nº: 144765/2023
Parecer Jurídico
Dispensa de Licitação

Antes da realização do empenho, liquidação e pagamento da nota fiscal, o Departamento competente deverá conferir a validade das respectivas Certidões Fiscais (Federal, Estadual e Municipal), Trabalhista e FGTS para análise da regularidade para com os Entes/Órgãos pertinentes.

E, ainda, o máximo cuidado com os prazos estipulados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás para registro dos atos no sistema *Colare*, após a devida publicação nos meios oficiais.

Não obstante o presente parecer opinativo considera que a documentação apresentada possui veracidade ideológica.

É o parecer.

S. M. J.

Por ser o referido verdadeiro, o firmamos aos 21 dias do mês de julho de 2023.

Leonardo Oliveira Rocha
OAB/GO nº 22.140

Cristiane Martins Cotrim
OAB/GO nº 17.778